

Declaração de retificação n.º 460/2012

Por ter saído com inexatidão o aviso n.º 19570/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 30 de setembro de 2011, procede-se à respetiva retificação:

1 — No n.º 12, onde se lê «12 — Métodos de Seleção: Considerando premente que os postos de trabalho em questão sejam ocupados com a maior celeridade possível, face à necessidade urgente de repor a capacidade de resposta deste Instituto às solicitações que lhe estão cometidas e que vai ser agravada, a curto prazo, por via da aposentação de vários trabalhadores, o presente procedimento reveste o caráter urgente, pelo uso da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da LVCR, sendo utilizado apenas um método de seleção obrigatório: Avaliação Curricular (AC) e um método de seleção facultativo: Entrevista Profissional de Seleção (EPS).» deve ler-se «12 — Métodos de seleção — nos termos artigo 53.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), na redação conferida pela Lei n.º 55-A/2011, de 31 de dezembro, serão utilizados os métodos de seleção obrigatórios, a prova de conhecimentos (PC) ou a avaliação curricular (AC), consoante o candidato se inclua, respetivamente, no âmbito do n.º 1 ou n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, sendo que no caso de o candidato se incluir na previsão do n.º 2 poderá fazer uso da faculdade que ali lhe é conferida. Será ainda utilizado um método de seleção facultativo a entrevista profissional de seleção (EPS) a todos os candidatos.».

2 — É aditado o n.º 12.3, com a seguinte redação:

«12.3 — Prova de conhecimentos (PC) — visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessários ao exercício de função colocada a concurso, constando de prova escrita, de natureza teórica, de realização individual, com questões de desenvolvimento e de pergunta direta, efetuada em suporte de papel, incidindo sobre conteúdos de natureza genérica e ou específica, nomeadamente o adequado conhecimento da língua portuguesa e com a duração de 90 minutos, versando sobre a seguinte legislação:

a) Decreto-Lei n.º 215/2007, de 29 de maio, Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio, Portaria n.º 1329-C/2010, de 30 de dezembro, deliberação n.º 291/2011, de 31 de janeiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 31 de dezembro de 2011;

b) Decreto-Lei n.º 42/2011, de 9 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de maio, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 3-B/2010, de 28 de abril;

c) Lei n.º 110/99, de 19 de setembro — Código Tributativo;

d) Código de Procedimento e de Processo Tributário;

e) Lei Geral Tributária.»

3 — No n.º 13, onde se lê:

«13 — A avaliação curricular e a entrevista profissional têm caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 (nove e meio) valores.»

deve ler-se:

«13 — A prova de conhecimentos, a avaliação curricular e a entrevista profissional têm caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 (nove e meio) valores.»

4 — No n.º 14, onde se lê:

«14 — Para efeitos de Classificação Final (CF) o método de avaliação curricular terá a ponderação de 70 % e a avaliação da Entrevista Profissional de Seleção (EPS) terá 30 %, resultando da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 70 \% AC + 30 \% EPS$$

deve ler-se:

«14 — Para efeitos de classificação final (CF) o método de prova de conhecimentos ou de avaliação curricular terá a ponderação de 70 % e a avaliação da entrevista profissional de seleção (EPS) terá a ponderação de 30 %, resultando da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 70 \% PC + 30 \% EPS$$

ou

$$CF = 70 \% AC + 30 \% EPS$$

5 — A presente declaração de retificação implica novo prazo de candidaturas pelo período de 10 dias úteis a contar da respetiva publicação no *Diário da República*.

6 — Os candidatos que já formalizaram as suas candidaturas não necessitam de repetir esse procedimento, exceto no que se refere à apresentação de novo formulário de candidatura, no prazo acima referido, no qual devem expressar a opção por um dos métodos de seleção obrigatórios, tal como referido no n.º 12, da atual redação, ou se pretenderem anexar novos documentos.

20 de março de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Augusto Antunes Gaspar*.

205907828

Declaração de retificação n.º 461/2012

Por ter saído com inexatidão o aviso n.º 19571/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 30 de setembro de 2011, procede-se à respetiva retificação:

1 — No n.º 12, onde se lê:

«12 — Métodos de seleção: Considerando premente que os postos de trabalho em questão sejam ocupados com a maior celeridade possível, face à necessidade urgente de repor a capacidade de resposta deste Instituto às solicitações que lhe estão cometidas e que vai ser agravada, a curto prazo, por via da aposentação de vários trabalhadores, o presente procedimento reveste o caráter urgente, pelo uso da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da LVCR, sendo utilizado apenas um método de seleção obrigatório: Avaliação Curricular (AC) e um método de seleção facultativo: Entrevista Profissional de Seleção (EPS).»

deve ler-se:

«12 — Métodos de seleção — nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), na redação conferida pela Lei n.º 55-A/2011, de 31 de dezembro, serão utilizados os métodos de seleção obrigatórios, a prova de conhecimentos (PC) ou a avaliação curricular (AC), consoante o candidato se inclua, respetivamente, no âmbito do n.º 1 ou do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, sendo que no caso de o candidato se incluir na previsão do n.º 2 poderá fazer uso da faculdade que ali lhe é conferida. Será ainda utilizado um método de seleção facultativo a entrevista profissional de seleção (EPS) a todos os candidatos.»

2 — É aditado o n.º 12.3 com a seguinte redação:

«12.3 — Prova de conhecimentos (PC) — visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessários ao exercício de função colocada a concurso, constando de prova escrita, de natureza teórica, de realização individual, com questões de desenvolvimento e de pergunta direta, efetuada em suporte de papel, incidindo sobre conteúdos de natureza genérica e ou específica, nomeadamente o adequado conhecimento da língua portuguesa e com a duração de 90 minutos, versando sobre as seguintes matérias:

Ref. 2011/DPCF:

a) Decreto-Lei n.º 215/2007, de 29 de maio; Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio, Portaria n.º 1329-C/2010, de 30 de dezembro; Deliberação n.º 291/2011, de 31 de janeiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 31 de dezembro de 2011;

b) Planificação de tesouraria e otimização de recursos financeiros;

c) Conceção e acompanhamento de projetos;

d) Gestão e controlo de saldos de conta;

e) Conhecimentos de POCP e POCISSS.

Ref. 2011/DFP:

a) Decreto-Lei n.º 215/2007, de 29 de maio; Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio, Portaria n.º 1329-C/2010, de 30 de dezembro; Deliberação n.º 291/2011, de 31 de janeiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 31 de dezembro de 2011;

b) Disponibilização de plano de tesouraria diário;

c) Controlo da posição diária de tesouraria;

d) Identificação de receita em extrato e sua contabilização;

e) Assegurar processos de recebimento e depósito de valores recebidos;

f) Rendibilização de excedentes de tesouraria.»

3 — No n.º 13, onde se lê:

«13 — A avaliação curricular e a entrevista profissional têm caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 (nove e meio) valores.»

deve ler-se:

«13 — A prova de conhecimentos, a avaliação curricular e a entrevista profissional têm caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 (nove e meio) valores.»

4 — No n.º 14, onde se lê:

«14- Para efeitos de Classificação Final (CF) o método de avaliação curricular terá a ponderação de 70 % e a avaliação da Entrevista

Profissional de Seleção (EPS) terá 30 %, resultando da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 70 \% AC + 30 \% EPS$$

deve ler-se:

«14 — Para efeitos de classificação final (CF) o método de prova de conhecimentos ou de avaliação curricular terá a ponderação de 70 % e a avaliação da entrevista profissional de seleção (EPS) terá a ponderação de 30 %, resultando da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 70 \% PC + 30 \% EPS$$

ou

$$CF = 70 \% AC + 30 \% EPS$$

5 — A presente declaração de retificação implica novo prazo de candidaturas pelo período de 10 dias úteis a contar da respetiva publicação no *Diário da República*.

6 — Os candidatos que já formalizaram as suas candidaturas não necessitam de repetir esse procedimento, exceto no que se refere à apresentação de novo formulário de candidatura, no prazo acima referido, no qual devem expressar a opção por um dos métodos de seleção obrigatórios, tal como referido no n.º 12 da atual redação, ou se pretenderem anexar novos documentos.

20 de março de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Augusto Antunes Gaspar*.

205907771

Instituto de Informática, I. P.

Aviso n.º 4825/2012

Recrutamento, por mobilidade interna, para sete postos de trabalho com funções de programador para o Instituto de Informática, IP

O Instituto de Informática, IP, doravante II, IP, pretende recrutar, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º a 63.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, para preenchimento de sete postos de trabalho não ocupados no mapa de pessoal para a função de Programador para a área de atividade prevista para o Departamento de Arquitetura de Sistemas e Estratégica Tecnológica, conforme constante na alínea c), d) e i) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 635/2007 de 30 de maio.

A) Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade interna nas carreiras de informática (especialista de informática ou de técnico de Informática) e ou de técnico superior.

N.º de postos de trabalho: Sete.

Remuneração: A remuneração a atribuir é a correspondente à posição remuneratória atualmente detida pelo trabalhador.

B) Caracterização do posto de trabalho:

Desenvolver *software* que satisfaça os requisitos funcionais e não funcionais definidos, respeitando as normas do II, IP e os padrões de qualidade dentro dos prazos acordados; Gerar código isento de erros previsíveis (face aos requisitos funcionais), acompanhado da documentação e dos testes unitários correspondentes.

C) Requisitos de admissão:

Habilitação literária: Licenciatura em Informática; Informática de Gestão e ou outra habilitação literária com experiência profissional, nas áreas de TIC e, comprovadamente, nas funções de programação.

Relação jurídica: Trabalhadores que possuam atualmente uma relação jurídica de emprego público, em regime de nomeação ou de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

D) Perfil pretendido:

Bons conhecimentos em programação utilizando as linguagens: Java (J2SE, J2EE) e ou .NET Framework. Experiência comprovada em modelação de dados e programação aplicacional em base de dados relacionais. Experiência em ferramentas de modelação (preferencial). Conhecimentos básicos de Windows e UNIX. Boa capacidade de análise e de organização, bom nível de relacionamento interpessoal.

E) Local de trabalho: — Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, Taguspark, 2780-920 Porto Salvo.

F) Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso.

G) Formalização da candidatura:

Em requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, IP com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, a categoria, a posição e nível remuneratórios e o respetivo montante remuneratório, e ainda do contacto telefónico e do endereço de *e-mail* disponíveis; *Curriculum vitae* profissional detalhado — datado e assinado, na área de atividade pretendida; Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias.

H) Apresentação da candidatura:

A candidatura, identificada com a referência “*Recrutamento por mobilidade interna — Programador*” deverá ser dirigida e enviada para um dos seguintes endereços:

II-Pessoas@seg-social.pt; ou Instituto de Informática, IP — Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, Taguspark, 2780-920 Porto Salvo. Contacto: Sandra Amaro (21 423 00 59).

A presente oferta de emprego será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte à presente publicação.

I) Seleção dos candidatos:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise do *curriculum vitae* profissional, complementada com entrevista.

21-3-2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Carlos Augusto Clamote*.
205902895

Aviso n.º 4826/2012

Recrutamento, por mobilidade interna, para três postos de trabalho com funções de programador-analista para o Instituto de Informática, IP

O Instituto de Informática, IP, doravante II, IP, pretende recrutar, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º a 63.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, para preenchimento de três postos de trabalho não ocupados no mapa de pessoal para a função de programador-analista para a área de atividade prevista para o Departamento de Arquitetura de Sistemas e Estratégica Tecnológica, conforme constante na alínea c), d) e i) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 635/2007 de 30 de maio.

A) Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade interna nas carreiras de informática (especialista de informática ou de técnico de informática) e ou de técnico superior.

N.º de postos de trabalho: Três.

Remuneração: A remuneração a atribuir é a correspondente à posição remuneratória atualmente detida pelo trabalhador.

B) Caracterização do posto de trabalho:

Assegurar o levantamento e a validação dos requisitos junto dos clientes, documentando e validando processos e regras de negócio; Desenvolver *software* que satisfaça os requisitos funcionais e não funcionais definidos, respeitando as normas do II, IP e os padrões de qualidade dentro dos prazos acordados; Gerar código isento de erros previsíveis (face aos requisitos funcionais), acompanhado da documentação e dos testes unitários correspondentes.

C) Requisitos de admissão:

Habilitação literária: Licenciatura em Informática; Informática de Gestão e ou outra habilitação literária com experiência profissional, nas áreas de TIC e, comprovadamente, nas funções de programação.

Relação jurídica: Trabalhadores que possuam atualmente uma relação jurídica de emprego público, em regime de nomeação ou de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

D) Perfil pretendido:

Bons conhecimentos em metodologias, técnicas e ferramentas para levantamento e análise de requisitos, funcionais e não funcionais. Conhecimentos na linguagem UML (preferencial). Experiência em ferramentas de modelação (preferencial). Bons conhecimentos em programação utilizando as linguagens Java (J2SE, J2EE) e ou .NET Framework.

Experiência comprovada em modelação de dados e programação aplicacional em base de dados relacionais. Conhecimentos básicos de Windows e UNIX.

Boa capacidade de análise e de organização, bom nível de relacionamento interpessoal.

E) Local de trabalho: — Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, Taguspark, 2780-920 Porto Salvo.